



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA

VALDOMIRO CHAGAS DA SILVA

Como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador

Florianópolis

2024

VALDOMIRO CHAGAS DA SILVA

Como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a Conclusão do Curso de Graduação em Medicina.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Augusto Menegon

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da BU

Resumo

Neste trabalho, foi realizada uma revisão narrativa sobre o manejo das doenças do trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) e seus reflexos na saúde do trabalhador. O estudo enfoca o papel da APS na prevenção e no diagnóstico precoce de doenças relacionadas ao trabalho, abordando os desafios enfrentados pelos profissionais de saúde e a necessidade de integração com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs). A análise fundamenta-se em autores que são referências na área e que exploram a importância histórica e política da APS e destacam a relevância de políticas públicas, capacitação contínua e vigilância para a proteção da saúde dos trabalhadores. Como método, foram pesquisados artigos que abordassem a questão sobre como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador nas bases eletrônicas de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), PubMed e Scielo. Além da pesquisa em base eletrônica, foi realizada também a busca manual de citações nas publicações inicialmente identificadas. Os descritores utilizados para a pesquisa foram "Health Care Primary", "Occupational Medicine", "Atenção Primária à Saúde", "saúde do trabalhador" e a combinação destes. Como considerações finais, propomos que o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador e o apoio a iniciativas intersetoriais, tornam-se essenciais para consolidar um sistema de saúde do trabalho capaz de atender às demandas do mercado de trabalho. Isso contribui para o compromisso contínuo com a prevenção e o cuidado integral, além da APS ter o potencial de liderar a construção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis que beneficiam não apenas os trabalhadores, mas a sociedade como um todo.

Palavras-chave: saúde do trabalhador, doença do trabalho, doença ocupacional e vigilância em saúde do trabalhador.

ABSTRACT

This study conducted a narrative review of the management of occupational diseases in Primary Health Care (PHC) and its impact on workers' health. The study focuses on the role of PHC in the prevention and early diagnosis of work-related diseases, addressing the challenges faced by health professionals and the need for integration with the Occupational Health Reference Centers (CERESTs). The analysis is based on authors who are references in the field and who explore the historical and political importance of PHC and highlight the relevance of public policies, ongoing training, and surveillance for protecting workers' health. As a method, articles that addressed the issue of how occupational diseases are managed in primary health care and the impact of this management on workers' health were searched in the electronic databases of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), PubMed, and Scielo. In addition to the search in electronic databases, a manual search for citations in the initially identified publications was also performed. The descriptors used for the research were "Health Care Primary", "Occupational Medicine", "Primary Health Care", "Worker's Health" and a combination of these. As final considerations, we propose that strengthening public policies aimed at worker's health and supporting intersectoral initiatives become essential to consolidate an occupational health system capable of meeting the demands of the labor market. This contributes to the ongoing commitment to prevention and comprehensive care, in addition to PHC having the potential to lead the construction of safer and healthier work environments that benefit not only workers, but society as a whole.

Keywords: Occupational health, Worker health, Occupational disease and Monitoring of occupational health.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, - Sr. Aldemir Ribeiro da Silva e a Sra. Maria José da Silva Chagas, que apesar da rotina árdua do trabalho simples, incentivaram-me de todas as formas a continuar a estudar para que eu pudesse ter a oportunidade de mudar a realidade da nossa família. Também não poderia deixar de agradecer profundamente a minha esposa, Priscila Ferreira, que desde o início tem sido uma companheira leal, tolerante e que me ofereceu apoio nas horas de dúvidas. Sua força inabalável foi crucial para que eu chegasse até aqui.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
PNSTT	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
SUS	Sistema Único de Saúde
LER/DORT	Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares
UBS	Unidade Básica de Saúde
GM/MS	Ministério da Saúde
EPI	Equipamento de Proteção Individual
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
UBS	Unidades Básicas de Saúde
SIS	Sistema de Informação em Saúde
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
AB	Atenção Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
MÉTODO	12
RESULTADOS	13
3.1 Reflexos do Manejo das Doenças do Trabalho na Saúde do Trabalhador	17
3.1.1 Qualidade de Vida do Trabalhador	17
3.1.2 Absenteísmo e Presenteísmo	18
3.1.3 Impacto Econômico	18
3.1.4 Integração entre Atenção Primária e Centros de Referência	19
3.1.5 Impacto na Saúde Mental do Trabalhador	19
3.2. Capacitação Contínua dos Profissionais de Saúde	20
3.2.1 Fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador	21
3.3 Perspectivas Futuras para o Manejo das Doenças do trabalho na Atenção Primária	22
3.3.1 Uso de Tecnologias Digitais e Inovação na Saúde do Trabalhador	22
3.3.2 Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador	23
3.3.3 Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1. Introdução

Na modernidade, as doenças do trabalho tiveram prevalência e importância social com o início da revolução industrial, em meados do século XIX, devido à crescente demanda dos trabalhadores que viviam em condições adversas e desumanas. René Mendes, autor do livro *Tratado de Medicina do Trabalho*, adverte para as diferenças que os termos Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador vêm ganhando ao longo dos anos. Segundo o autor, no período do pós-guerra, a medicina do trabalho e os seus agravos ampliaram-se para a saúde ocupacional, onde teóricos passaram a abordar a prevenção - melhoria do meio ambiente do trabalho - com outros saberes e habilidades que ultrapassam a medicina.

Segundo Carlos Minayo-Gomez (1997)¹, com o advento da industrialização, os trabalhadores tinham jornadas extenuantes de trabalho, além de estarem em ambientes extremamente desfavoráveis à saúde, que eram frequentemente incompatíveis com a vida. Além disso, a aglomeração humana em espaços inadequados propiciava a acelerada proliferação de doenças infecto-contagiosas, ao mesmo tempo em que a periculosidade das máquinas eram responsáveis por mutilações e mortes.

Nesse sentido, o processo produtivo passou a ter ganhos cada vez mais consideráveis a todo custo - afinal, o trabalhador era "livre" para vender sua força de trabalho, só que isso contribuiu para que se tornasse uma presa da máquina, de seus ritmos, dos seus ditames de produção que atendiam à necessidade de acumulação rápida de capital e de máximo aproveitamento dos equipamentos, antes que se tornassem obsoletos. Inicialmente, a Medicina do Trabalho surge como filosofia desvirtuada, com foco na produtividade, nas medidas voltadas à adaptação do trabalhador ao trabalho e não o contrário.

No Brasil, com a Constituição de 1988 e a reformulação do Sistema Único de Saúde (SUS), as doenças do trabalho, que são decorrentes de riscos a que estão submetidos os trabalhadores, são um dos maiores problemas de saúde pública. Das condições mais comuns, observamos as Osteomusculares, Lesões por Esforço Repetitivo (LER/DORT), Burnout e doenças respiratórias como Asbestose e Silicose (MENDES & DIAS, 1991).

¹ MINAYO-GOMEZ, Carlos. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>> Acesso em 20 ago 2024.

A Carta Magna descreve o trabalho como um direito social, assim como a saúde, a educação, a moradia, o transporte, o lazer e demais garantias asseguradas pela Constituição de 1988, em seu artigo 6°. Ademais, a Constituição da República traz uma seção inteira sobre o dever do Estado e o direito de todos à saúde com seus princípios e diretrizes que visam garantir acesso universal e igualitário.

Sendo assim, no Art. 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Já no Art. 198, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada que constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade².

Desses princípios, podemos deduzir os implícitos e explícitos. Os implícitos são a universalidade, igualdade, regionalidade e hierarquização. Já os explícitos, são aqueles como a participação da comunidade, atendimento integral e descentralização. Dentro das políticas de saúde pública, a saúde do trabalhador é uma área essencial para que o Estado oriente as ações e cumpra os requisitos das normas para que se assegurem a aplicabilidade dos seus princípios e diretrizes.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) é o principal meio orientador dessas ações. Nessa conjuntura, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel primordial na prevenção, tratamento precoce e promoção da saúde do trabalhador. Sendo que a saúde do trabalhador está incluída na legislação do SUS na Lei nº 8.080 de 1990³. Esta lei estabelece a saúde do trabalhador para o Sistema Único de Saúde e a sua dimensão de aplicação, conforme artigo 6°, parágrafo 3°:

² Constituição Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 jan 2024.

³ Lei nº 8.080 de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm> Acesso em 25 jan 2024.

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

Além disso, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), que fornece as diretrizes para o manejo das queixas dos usuários trabalhadores do Sistema Único de Saúde, através da Portaria GM/MS nº 1.823, de 2012⁴, estabeleceu como se pode melhorar a atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com os trabalhadores:

Art. 2º A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Como citado pela Constituição Federal, a integralidade faz parte de um dos

⁴ Portaria GM/MS nº 1.823 de 2012. Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html> Acesso em 30 jan 2024.

princípios basilares do Sistema Único de Saúde, tendo as Unidades Básicas de Saúde como coordenadoras do cuidado. Segundo Lais Soares Vello (2015), o SUS “visa não somente ações reparadoras, mas, sobretudo a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos”.

Já a Portaria GM/MS nº 1.823, de 2012 trata de serviços especializados como os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CEREST) que tem como propósito “articular com as equipes técnicas sempre que necessário, para a prestação de retaguarda técnica especializada, considerando seu papel no apoio matricial a toda rede SUS” (VELLO, 2015). Ademais, o trabalho representa não só um meio de sustento, mas um pertencimento que leva o trabalhador a ter bem-estar e sentir-se digno de ser visto socialmente como importante tanto para a família quanto para a sociedade.

Nos últimos anos, como salienta Flora Rangel Oliveira (2021), houve uma precarização da legislação decorrente da reforma trabalhista com repercussão, inclusive, à diminuição da força do sindicato dos trabalhadores, o que levou à desordenação e fragilidade das classes. Vale acrescentar ainda, que o ambiente do trabalho vem se modificando, envolvendo uma gama de grandes segmentos como área de prestação de serviço, construção civil, indústrias e o próprio serviço público com suas variadas vertentes.

Com isso, há uma versatilidade de riscos e acidentes levando à subnotificação de registros desses agravos, uma vez que são dissimulados pela própria enfermidade, como é o caso das doenças psíquicas e osteomusculares. Contudo, por nosso país ter dimensões continentais, é desafiador e complexo manejar e conciliar os ganhos das empresas com as doenças e os acidentes de trabalho que acometem os trabalhadores. As formas de trabalho como parcial, informal, subcontratados e terceirizados não tem sido a solução. Pelo contrário, pode agravar ainda mais tal manejo por resultar em absenteísmo (ausência do trabalhador) e presenteísmo - que é quando o trabalhador permanece no trabalho mas não consegue cumprir com suas tarefas -, como é o caso do Burnout, em que há uma fadiga persistente do profissional.

Nosso objetivo principal com esse trabalho foi buscar, de maneira qualitativa, artigos e dissertações que contribuíssem em uma possível resposta à pergunta norteadora da nossa pesquisa que é: como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e como isso reflete no manejo da saúde do trabalhador.

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, sendo uma revisão narrativa da literatura sobre como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador. Nesse sentido, segundo Bernardo (2004), a revisão narrativa é uma análise da literatura publicada em livros, artigos e revistas que permite ao leitor adquirir conhecimento sobre um tema de forma rápida, estabelecer relações com produções anteriores, identificar temáticas recorrentes, apontar novas perspectivas e consolidar uma área de conhecimento sobre o assunto estudado (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2015).

A presente revisão foi realizada em quatro etapas: seleção da pergunta de pesquisa; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados (categorização dos estudos), análise das informações e apresentação da revisão (síntese do conhecimento).

Foram pesquisados artigos que abordaram a questão sobre como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador, nas bases eletrônicas de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), PubMed e Scielo. Além da pesquisa nas bases eletrônicas, foi realizada busca manual de citações nas publicações inicialmente identificadas. Os descritores para a pesquisa foram "Health Care Primary" "Occupational Medicine", "Atenção Primária à Saúde", "saúde do trabalhador" e a combinação destes.

Nosso objetivo foi encontrar artigos que respondessem à pergunta da pesquisa, tendo como critério de exclusão os que não respondessem a pergunta e os artigos com mais de 5 anos de publicação. Também foram utilizados livros sobre a saúde do trabalhador para o embasamento teórico do trabalho.

As informações mais relevantes foram destacadas e agrupadas por temas: reflexos do manejo das doenças do trabalho na saúde do trabalhador; estratégias para melhorar o manejo das doenças do trabalhador na atenção primária; perspectivas futuras para o manejo das doenças do trabalho na atenção primária.

3. Resultados

Foram selecionados 19 trabalhos publicados de 2018 a 2023, sendo nove dissertações publicadas de 2018 a 2021 e dez artigos de estudos de revisão e também de análise situacionais de 2018 a 2022, além de dois livros sobre a saúde do trabalhador. Esses trabalhos foram sistematizados em uma tabela com o nome do autor principal, o título, o ano de publicação, o local da publicação e o tipo do estudo (Quadro 1).

A busca realizada ocorreu através da pesquisa nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), PubMed e Scielo. Os descritores que utilizamos para a pesquisa foram: "Health Care Primary" "Occupational Medicine", "Atenção Primária à Saúde", "saúde do trabalhador" e a combinação destes. Ao total, encontramos na BDTD 474 trabalhos publicados com as palavras-chave "Medicina do Trabalho" and "Atenção primária"; já na base de dados da PubMed os descritores utilizados foram: "Health Care Primary" and "Occupational Medicine" que resultou em 3.939 artigos publicados; e, por fim, na base de dados da Scielo utilizamos os seguintes descritores e combinações: "Atenção primária à saúde" and "Saúde do Trabalhador" que elencou 127 trabalhos publicados e "Atenção primária à saúde" and "Medicina do trabalho" que resultou em 85 trabalhos encontrados.

Conforme os critérios expostos no método, desses resultados todos, selecionamos 19 trabalhos publicados dos quais foram catalogados e cujas informações foram extraídas e classificadas, buscando um panorama amplo e atualizado sobre o assunto. Foram selecionadas onze dissertações que versam sobre perspectivas do manejo da saúde do trabalhador na atenção primária, além de estratégias de como realizar esse manejo. Também foram selecionados onze artigos que analisam e fazem revisões sobre a temática pesquisada.

Quadro 1 - Revisão narrativa sobre como são conduzidas as doenças do trabalho na atenção primária e os reflexos desse manejo na saúde do trabalhador.

Autor e Ano da Publicação	Título da Publicação	Local de Publicação	Tipo de Estudo
Andrade, Suzana Aparecida Lara de / 2018	Automedicação de Trabalhadores na Atenção Primária à Saúde	https://hdl.handle.net/1884/71871	Dissertação
Silva, Vanessa Salgado Silva /	Saúde do trabalhador na	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/314	Dissertação

2018	atenção básica: condições de trabalho e demandas em saúde em oficinas automotivas do território	09	
Andrade, Andréa Garboggini Melo / 2019	Atenção primária à saúde: tecendo a rede de cuidado do usuário-trabalhador no território	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31779	Dissertação
Barbosa, Andreia Marinho / 2019	A saúde do trabalhador no discurso dos profissionais do núcleo ampliado de saúde da família e atenção básica	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19619	Dissertação
Barros, Luiza Monteiro / 2020	Experiência da incapacidade para o trabalho dos usuários - trabalhadores do território de uma Unidade de Saúde da Família	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37559	Dissertação
Carvalho, Rita de Cássia Peralta / 2020	Saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: compreender o passado para planejar o futuro	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31570	Dissertação
Oliveira, Flora Rangel / 2021	Características de trabalhadores com capacidade inadequada para o trabalho em uma microárea adscrita à estratégia de saúde da família	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37177	Dissertação
Sombra Neto, Luis Lopes / 2021	Análise dos fatores associados ao processo	https://www.arca.fio.cruz.br/handle/icict/52923	Dissertação

	saúde-doença cuidado mental em trabalhadores(as) rurais da agricultura familiar e da pesca artesanal		
SOUZA JÚNIOR, Otenberg Nogueira de / 2021	Conhecimento, atitude e prática de médicos sobre comunicação de acidente de trabalho na atenção primária à saúde	https://www.arca.fio.cruz.br/handle/icict/49681#collapseExample	Dissertação
Simmons, Julia M / 2018	Saúde Ocupacional em Centros de Saúde Comunitários: Desafios e Recomendações para os Profissionais	https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29310509/	Artigo
Rebello, Paulo / 2020	Manifesto do Rio de Janeiro sobre as políticas públicas de saúde do trabalhador, para seu fortalecimento, acompanhamento e implementação	https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32754668/	Artigo
Silva, Deiviane Pereira da / 2021	Práticas profissionais em saúde do trabalhador na Atenção Primária: desafios para implementação de políticas públicas	https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14842021	Artigo
Geraldi, Luciana / 2022	Competências profissionais para a atenção à saúde do trabalhador	https://www.scielo.br/j/rbem/a/CsdR7DkN7tKzyL4kdC65WRx/?lang=pt#	Artigo
Hurtado, Sandra LB / 2022	Políticas de saúde do trabalhador no Brasil: contradições históricas e	https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35894321/	Artigo

	possibilidades de desenvolvimento		
Marinho, Maristela Rodrigues / 2022	Perfil dos trabalhadores da Atenção Primária à Saúde e proteção de riscos ocupacionais na pandemia da Covid-19 no Brasil	https://www.scielo.br/j/tes/a/LrHJ7CCqm7YStDnt6KLPb4P/?lang=pt	Artigo
Schultz, Águida Luana Veriato / 2022	A precarização do trabalho no contexto da atenção primária à saúde no sistema prisional	https://www.scielo.br/j/csc/a/Fy6xvBTNZ3Gq6x3ZqjDCjRN/?lang=pt	Artigo
Barbosa, Andreia Marinho / 2023	Concepções e práticas sobre a Saúde do Trabalhador para profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica	https://www.scielo.br/j/icse/a/RBnFfKdCxMyhn4GrrSYmrWP/?lang=pt	Artigo
Gaiotto, Emiliana Maria Grando / 2023	Necessidades em Saúde do Trabalhador da Atenção Básica: relato de experiência de articulação entre pesquisadores, gestores e trabalhadores no Município de São Paulo	https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333045	Artigo
Gaiotto, Emiliana Maria Grando / 2023	Diálogo deliberativo como instrumento de decisão política: a saúde do trabalhador da Atenção Primária à Saúde	https://www.scielo.br/j/icse/a/FHgyL46bKWTPcYmXLbgfqFQ/?lang=pt	Artigo

As informações mais relevantes foram destacadas e agrupadas por temas: reflexos do manejo das doenças do trabalho na saúde do trabalhador; estratégias para melhorar o manejo das doenças do trabalhador na atenção primária; perspectivas futuras para o manejo das doenças do trabalho na atenção primária.

3.1 Reflexos do Manejo das Doenças do trabalho na Saúde do Trabalhador

O manejo adequado das doenças do trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) afeta diretamente a saúde dos trabalhadores, mas também traz implicações amplas para o sistema de saúde e para a sociedade como um todo. A identificação precoce, a prevenção e o tratamento eficaz dessas doenças influencia em uma série de fatores, desde a qualidade de vida do trabalhador até a produtividade e a sustentabilidade das políticas públicas de saúde.

Diante dos desafios identificados na condução das doenças do trabalho pela Atenção Primária à Saúde (APS), diversas estratégias podem ser adotadas para melhorar o gerenciamento dessas condições, como garantir a detecção precoce e promover uma saúde ocupacional mais integrada e eficaz. As estratégias devem se concentrar na capacitação dos profissionais de saúde, na integração entre diferentes níveis de atenção e no fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador (OLIVEIRA, 2021)⁵.

A seguir, analisamos alguns dos principais reflexos desse manejo na saúde dos trabalhadores.

3.1.1 Qualidade de Vida do Trabalhador

A condução eficaz das doenças do trabalhador pela APS tem um impacto direto na qualidade de vida dos trabalhadores. Ao abordar de forma precoce condições como doenças osteomusculares, transtornos respiratórios e problemas mentais, os profissionais da APS podem prevenir o agravamento desses quadros. Isso resulta em menos afastamentos prolongados do trabalho, menores taxas de incapacidades permanentes e um aumento no bem-estar físico e mental dos trabalhadores.

Entretanto, a revisão aponta que muitos trabalhadores continuam a sofrer com o diagnóstico tardio de suas condições, o que leva à progressão das doenças. Uma das causas apontadas é a dificuldade dos profissionais de saúde da APS em realizar uma

⁵ OLIVEIRA, Flora Rangel. Características de trabalhadores com capacidade inadequada para o trabalho em uma microárea adscrita à estratégia de saúde da família. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

anamnese ocupacional completa, o que impede a identificação dos riscos associados ao trabalho (VELLO, 2015). Esse fator, somado à relutância de alguns trabalhadores em relatar suas condições de trabalho durante as consultas, contribui para o subdiagnóstico e para a subnotificação de doenças do trabalho, como vivenciei algumas vezes no meu estágio eletivo.

3.1.2 Absenteísmo e Presenteísmo

O absenteísmo, caracterizado pela ausência do trabalhador devido a problemas de saúde, é um reflexo direto do manejo inadequado das doenças do trabalho. A revisão destaca que a incapacidade de diagnosticar e tratar precocemente essas condições na APS prolonga o tempo de afastamento dos trabalhadores, afetando a produtividade das empresas e aumentando os custos para o sistema de saúde e previdenciário (VELLO, 2015).

Além disso, o presenteísmo — situação em que o trabalhador permanece no local de trabalho, mas com desempenho reduzido devido a problemas de saúde — também emerge como uma consequência significativa. Trabalhadores que não recebem o tratamento adequado muitas vezes continuam a trabalhar em condições não ideais, comprometendo sua saúde e impactando negativamente a produtividade empresarial. Afinal, essa situação corrobora com o que Carlos Minayo-Gomez (1997) destaca sobre constatação de doenças na seleção da força de trabalho que funciona, na prática, como um recurso para impedir o recrutamento de indivíduos cuja saúde já esteja comprometida.

Esse cenário acaba por gerar um ciclo prejudicial em que os trabalhadores, apesar de presentes, acabam por não desempenhar suas funções de forma plena - ou como se espera ser plena.

3.1.3 Impacto Econômico

Os custos econômicos associados às doenças do trabalho são consideráveis. No Brasil, o absenteísmo prolongado, a perda de produtividade e os gastos com tratamento e reabilitação impõem um grande ônus ao sistema público de saúde e ao setor produtivo. A falta de intervenções preventivas e o manejo inadequado das doenças do trabalho na APS agravam esses custos que poderiam ser significativamente reduzidos por meio de uma abordagem mais proativa e preventiva (FACCI, 2021)⁶.

⁶ FACCI, R. O papel do médico do trabalho na atenção primária à saúde. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 19, n. 2, p. 119-121, 2021.

A revisão mostra que, em muitos casos, trabalhadores acometidos por doenças do trabalho acabam sendo encaminhados para serviços especializados ou de urgência, ao invés de receberem cuidados iniciais preventivos na UBS. Isso aumenta a pressão sobre os serviços terciários de saúde e encarece o tratamento de condições que poderiam ser gerenciadas de forma mais eficaz e econômica na atenção primária.

Além disso, muitos profissionais da saúde sequer conseguem emitir a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) quando o empregado procura a UBS decorrente da recusa da empresa em fornecer esse documento.

3.1.4 Integração entre Atenção Primária e Centros de Referência

A integração entre a APS e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) é essencial para melhorar o manejo das doenças do trabalho. Embora existam diretrizes que incentivam essa integração, a revisão revelou que, na prática, essa articulação ainda é deficiente em muitos locais. Profissionais da APS relatam que não têm acesso direto ao suporte técnico dos CERESTs, o que limita a implementação de ações preventivas e de vigilância da saúde do trabalhador (SILVA, 2018).

Nesse sentido, uma integração mais eficaz entre a APS e os CERESTs permitiria uma identificação precoce dos agravos trabalhistas e um encaminhamento mais eficiente para serviços especializados, além de criar fluxos de encaminhamento mais rápidos e eficientes para garantir que os trabalhadores com doenças do trabalho mais complexas recebam tratamento especializado.

Essa colaboração também forneceria às equipes de saúde da família o apoio técnico necessário para lidar com questões mais complexas de saúde do trabalho, garantindo uma resposta mais coordenada e eficiente. Nesse caso, se faz necessário a implementação de consultoria técnica continuada para proporcionar consultoria regular dos CERESTs para as equipes de saúde da APS, ajudando no manejo de casos mais complicados e na implementação de estratégias preventivas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

3.1.5 Impacto na Saúde Mental do Trabalhador

As doenças do trabalho, quaisquer que sejam elas, também afetam significativamente a saúde mental dos trabalhadores. Condições como a síndrome de Burnout, transtornos de ansiedade e depressão têm sido cada vez mais associadas a

ambientes de trabalho estressantes, que envolvem pressão alta, jornadas prolongadas e falta de suporte social. A APS desempenha um papel crucial na detecção precoce desses transtornos, oferecendo cuidados iniciais e, quando necessário, encaminhando os trabalhadores para serviços especializados de saúde mental.

A revisão aponta que os profissionais de saúde das APSs não estão adequadamente preparados para lidar com os aspectos psicossociais das doenças do trabalho. Muitas vezes, o modelo de cuidado permanece focado nas intervenções biomédicas, com pouca ênfase nos fatores sociais e psicológicos que contribuem para o adoecimento dos trabalhadores (VELLO, 2015).

Uma abordagem mais abrangente para o cuidado da saúde do trabalhador que inclua tanto aspectos físicos quanto psicossociais é fundamental para melhorar o manejo das doenças do trabalho. Além disso, na literatura que foi analisada e pesquisada, foi possível ver os apontamentos referentes às condições de saúde mental, como a síndrome de Burnout e outros transtornos relacionados ao trabalho que são frequentemente negligenciadas na Atenção Primária à Saúde - em parte devido à falta de capacitação dos profissionais de saúde para lidar com esses aspectos (SOUZA, 2017).

Contudo, para garantir uma abordagem mais completa, recomenda-se capacitar os profissionais de saúde na amplitude dos aspectos psicossociais, com treinamentos que abordam o impacto do ambiente de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores com foco na identificação precoce de transtornos como ansiedade, depressão e Burnout. Além do mais, promover a integração com serviços de saúde mental (FACCI, 2021), criando fluxos de encaminhamento eficientes para que os trabalhadores que apresentam transtornos mentais relacionados ao trabalho recebam o tratamento especializado necessário.

3.2 Capacitação Continuada dos Profissionais de Saúde

A capacitação contínua dos profissionais da APS é uma das medidas mais urgentes para garantir uma gestão eficaz das doenças do trabalhador. A revisão apontou que muitos profissionais de saúde não possuem formação específica em saúde do trabalhador, o que limita a capacidade de identificar e tratar doenças relacionadas ao trabalho.

A falta de treinamento especializado também impede a implementação de ações preventivas que poderiam beneficiar tanto os trabalhadores quanto o sistema de saúde

como um todo. Para melhorar a capacitação, se faz necessário implementar programas de formação continuada (SILVA, 2018), que incluam:

- Anamnese ocupacional: Ensinar os profissionais a fazer perguntas detalhadas sobre as condições de trabalho dos pacientes, facilitando a identificação de fatores de risco ocupacionais.
- Avaliação de riscos laborais: Instruir os profissionais sobre como reconhecer riscos ergonômicos, químicos, físicos e psicossociais que afetam a saúde do trabalhador.
- Promoção da saúde no trabalho: Focar em estratégias que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis, como o incentivo ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), pausas adequadas e condições ergonômicas.

Ademais, se faz necessário investir em programas de educação continuada, com foco em saúde do trabalhador, ergonomia, avaliação de riscos e promoção de ambientes de trabalho saudáveis, é essencial (FACCI, 2021). Esses programas devem ser flexíveis, permitindo que os profissionais da APS participem de treinamentos tanto presenciais quanto à distância, utilizando tecnologias como plataformas de EAD (Educação a Distância).

O sucesso das ações de saúde do trabalhador na APS depende diretamente da capacitação continuada dos profissionais de saúde. A educação permanente é essencial para garantir que os profissionais estejam atualizados em relação às melhores práticas de manejo das doenças do trabalho, além de possibilitar a adoção de uma abordagem mais abrangente e centrada no trabalhador (OLIVEIRA, 2021).

Outra iniciativa importante é a inclusão de conteúdos - matérias obrigatórias - sobre a saúde do trabalhador nas grades curriculares das faculdades de medicina, enfermagem e nas outras áreas da saúde (OLIVEIRA, 2021). Isso garantiria que os futuros profissionais de saúde já saíssem capacitados para lidar com os desafios da saúde do trabalhador desde o início de suas carreiras.

3.2.1 Fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador

A vigilância em saúde do trabalhador é uma ferramenta indispensável para a prevenção de doenças do trabalho. No entanto, a pesquisa de revisão da literatura

apontou que muitas equipes de saúde da APS não recebem formação adequada para realizar essa vigilância de forma satisfatória, resultando assim, em um mapeamento deficiente das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores, o que limita a capacidade de realizar intervenções preventivas (SOUZA, 2017).

Além disso, para fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador, são recomendadas as seguintes estratégias: a capacitação em vigilância epidemiológica com treinamentos específicos para que os profissionais de saúde aprendam a identificar e notificar agravos relacionados ao trabalho, utilizando sistemas de informação como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); e o mapeamento de riscos ocupacionais com a realização de levantamentos detalhados das atividades econômicas e das condições de trabalho dos trabalhadores na área de abrangência da APS, permitindo a implementação de ações preventivas direcionadas (FACCI, 2021).

3.3 Perspectivas Futuras para o Manejo das Doenças do trabalho na Atenção Primária

Diante dos desafios e oportunidades apresentados na condução das doenças do trabalho na atenção primária, é fundamental pensar em estratégias e inovações que fortaleçam o papel da Atenção Primária à Saúde no cuidado da saúde do trabalhador. As perspectivas futuras indicam a necessidade de investimentos em capacitação, tecnologias de saúde e políticas públicas mais integradas (SOUZA, 2017). Ademais, essas ações podem consolidar o papel da APS como protagonista na promoção de ambientes de trabalho saudáveis e na prevenção de doenças do trabalho.

3.3.1 Uso de Tecnologias Digitais e Inovação na Saúde do Trabalhador

A adoção de prontuários eletrônicos integrados, telemedicina e sistemas de notificação automatizados pode melhorar significativamente a eficiência do manejo de doenças do trabalho na Atenção Primária à Saúde. Por outro lado, a introdução de tecnologias digitais tem potencial para transformar o cuidado à saúde do trabalhador.

O uso de prontuários eletrônicos permite que as informações de saúde do trabalhador sejam facilmente acessadas e monitoradas, facilitando a continuidade do cuidado. O prontuário deve incluir informações detalhadas sobre as condições de trabalho, exposições ocupacionais e diagnósticos anteriores, permitindo que os profissionais de saúde da APS façam uma avaliação mais completa e direcionada (MARINHO et al., 2022).

Por outro lado, a telemedicina pode ser uma ferramenta eficaz para melhorar o acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas ou com dificuldade de deslocamento. Por meio de consultas remotas, os trabalhadores podem relatar sintomas, receber orientações preventivas e ser acompanhados de maneira mais ágil. Além disso, a telemedicina pode ser utilizada para monitoramento contínuo de condições crônicas relacionadas ao trabalho (SOUZA, 2017).

Ademais, os sistemas de notificação automatizados, que integram as UBS com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), pode melhorar a identificação precoce e o acompanhamento de agravos relacionados ao trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Estes sistemas facilitam a notificação compulsória de doenças do trabalhador, ajudando a construir um banco de dados mais robusto para a formulação de políticas públicas eficazes.

3.3.2 Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador

A integração das ações de saúde do trabalhador na Atenção Primária à Saúde depende de políticas públicas que sejam consistentes, abrangentes e direcionadas às reais necessidades dos trabalhadores. A criação de políticas que incentivem tanto as empresas quanto os serviços de saúde a priorizarem a prevenção de doenças do trabalho é crucial para o sucesso das estratégias de manejo (MARINHO et al., 2022).

Por certo, as políticas públicas devem priorizar a prevenção de doenças do trabalho por meio da criação de programas de promoção da saúde no ambiente de trabalho. Além de incentivar as empresas a adotarem medidas de prevenção, como treinamentos em ergonomia, uso adequado de EPIs e gestão do estresse (SOUZA, 2017).

Além disso, com o crescimento do trabalho remoto, novas políticas precisam ser criadas para garantir que os trabalhadores em home office também tenham a sua saúde protegida. Políticas voltadas para a regulamentação do ambiente de trabalho remoto, como o fornecimento de orientações sobre ergonomia e pausas regulares, são essenciais para evitar o desenvolvimento de doenças do trabalho nesse novo contexto laboral.

Outra estratégia importante é a criação de incentivos fiscais para empresas que investem na saúde do trabalhador e na promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis (MARINHO et al., 2022). Essas políticas podem estimular o engajamento do

setor privado na implementação de ações preventivas e na adoção de práticas que favoreçam a saúde dos trabalhadores.

3.3.3 Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis

A promoção de ambientes de trabalho saudáveis é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, as empresas e os trabalhadores. As Unidades Básicas de Saúde, em parceria com empresas e sindicatos, podem desempenhar um papel ativo na criação de programas de promoção da saúde onde abordam tanto os aspectos físicos quanto os psicológicos do ambiente de trabalho, como destaca a pesquisadora Lais Vello (2017)⁷.

Segundo a pesquisadora, as UBS podem atuar em conjunto com empresas - tanto públicas como privadas - para promover programas de saúde diretamente nos locais de trabalho. Esses programas podem incluir ações como campanhas de prevenção de doenças, oficinas de ergonomia e gestão do estresse, e exames de saúde ocupacional periódicos para os trabalhadores.

Neste caso, o engajamento dos próprios trabalhadores nas ações de promoção da saúde é essencial. A participação ativa dos trabalhadores na criação e implementação de programas de saúde do trabalho garante que as estratégias adotadas atendam às suas reais necessidades e promovam a adesão às medidas preventivas.

⁷ VELLO, Lais Soares. Saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: estudo de caso em um município na região metropolitana de São Paulo. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

4. Considerações Finais

O enfrentamento dos agravos e das doenças do trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para promover um ambiente de trabalho mais saudável e prevenir agravos à saúde do trabalhador - o cumprimento por parte do Estado no que se refere ao que a Constituição de 1988 já consagra como garantia de saúde universal a todos. Esta revisão narrativa destacou os principais desafios e oportunidades no manejo das doenças do trabalho na Atenção Primária à Saúde, além de sugerir estratégias inovadoras que podem otimizar o cuidado prestado aos trabalhadores.

Os desafios estruturais, como a não qualificação continuada dos profissionais de saúde em relação à saúde do trabalhador e a falta de integração entre os diferentes níveis de atenção a esse aspecto, são obstáculos que limitam a eficácia do manejo das doenças do trabalho. No entanto, a incorporação de tecnologias digitais, como a telemedicina e os prontuários eletrônicos, juntamente com o fortalecimento das redes de colaboração entre a APS e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), podem ajudar a superar essas barreiras.

Diante de todas essas mudanças, os estudos advindos da pesquisa que fizemos para essa revisão narrativa, tem demonstrado que é necessário que o Estado faça um aperfeiçoamento constante do seu pessoal que está na linha de frente da Atenção Primária, acolhendo de forma digna as demandas, para contribuir assim, por meio do afastamento e da reabilitação, que os trabalhadores possam de forma mais precoce possível sanar as suas queixas e acometimentos advindos da sua ocupação trabalhista.

Além disso, a capacitação continuada dos profissionais de saúde e o engajamento dos trabalhadores e empregadores são elementos cruciais para garantir o sucesso das ações em relação à saúde do trabalhador. A criação de programas preventivos voltados para o reconhecimento precoce dos riscos ocupacionais têm o potencial de reduzir significativamente a incidência de doenças relacionadas ao trabalho, aumentando a qualidade de vida dos trabalhadores e diminuindo os custos associados ao tratamento dessas condições.

A promoção de uma cultura de prevenção e o incentivo à participação ativa de trabalhadores, empregadores e sindicatos na vigilância em saúde são fatores fundamentais para a construção de um sistema de saúde do trabalhador mais eficaz e sustentável. A APS, como porta de entrada para o sistema de saúde, desempenha um papel central nessa transformação, oferecendo cuidados preventivos e integrados que podem impactar positivamente a saúde dos trabalhadores em todas as regiões do país.

Por fim, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador e o apoio a iniciativas intersetoriais são essenciais para consolidar um sistema de saúde do trabalho capaz de atender às demandas do mercado de trabalho moderno. Com um compromisso contínuo com a prevenção e o cuidado integral, a APS tem o potencial de liderar a construção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, beneficiando não apenas os trabalhadores, mas a sociedade como um todo.

5. Referências

1. BARBOSA, Andreia Marinho; NEVES, Robson Ferreira; MARTINIANO, Claudia Souza; BRITO, Gabriela Esteves Gomes; LIMA, Marly Augusta Gonçalves. Concepções e práticas sobre a saúde do trabalhador para profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. *Interface (Botucatu)*, v. 27, p. e220533, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220533>. Acesso em: 20 out. 2024.
2. BARROS, Luiza Monteiro; LIMA, Mônica Angelim Gomes de; NEVES, Robson da Fonseca. Incapacidade prolongada para o trabalho: perda de direitos, sobrevivência e tangenciamento da atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, e01422023, 2024.
3. BELTRAN HURTADO, Sandra Lorena; SILVA-MACAIA, Amanda Aparecida; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; QUEROL, Marco Antonio Pereira; LOPES, Manoela Gomes Reis; BEZERRA, Jairon Leite Chaves. Intervenções em saúde do trabalhador – contexto, desafios e possibilidades de desenvolvimento: uma revisão de escopo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 47, p. e15, 2022.
4. CARVALHO, Rita de Cássia Peralta. *Saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: compreender o passado para planejar o futuro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
5. COSTA, Rodrigo Prado da; MISOSZCKY, Maria Ceci; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. Do dilema preventivista ao dilema promocionista: retomando a contribuição de Sérgio Arouca. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 119, p. 990-1001, 2018.
6. CUNHA, Francisco Mogadouro da; MENDES, Áquilas. Revisão narrativa sobre a questão da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde. *Journal of Management and Primary Health Care*, v. 13, e018, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v13.1164>. Acesso em: 20 out. 2024.
7. FACCI, R. O papel do médico do trabalho na atenção primária à saúde. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 119-121, 2021.
8. GAIOTTO, Emiliana Maria Grando; TRAPÉ, Carla Andrea; SOARES, Cassia Baldini; SOUZA, Nathan Mendes; NARCISO, Kátia Regina dos Santos. Diálogo deliberativo como instrumento de decisão política: a saúde do trabalhador da Atenção Primária à Saúde. *Interface (Botucatu)*, v. 27, p. e230166, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.230166>. Acesso em: 20 out. 2024.
9. GERALDI, Luciana et al. Competências profissionais para a atenção à saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, n. 2, p. e071, 2022.
10. MARINHO, Maristela Rodrigues; NETO, Priscila Kelly Silva; MATA, Luciana Regina Ferreira da; CUNHA, Inara Pereira da; PESSALACIA, Juliana Dias Reis. Perfil dos

- trabalhadores da Atenção Primária à Saúde e proteção de riscos ocupacionais na pandemia da Covid-19 no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs375>. Acesso em: 21 out. 2024.
11. MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, p. 341-349, 1991.
 12. MENDONÇA, Glauce de Souza; CORDEIRO JÚNIOR, Veber de Andrade; SILVA, Sandro Lucas da; VERCILLO, Luciane Alves; MARINS, Ronaldo Barbosa. Evolução histórica da saúde ocupacional. *Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 2-16, 2018.
 13. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde do trabalhador e da trabalhadora*. Cadernos de Atenção Básica, n. 41. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.
 14. NÚCLEO TELESSAÚDE UFSC. O médico da atenção primária pode realizar exame médico ocupacional para empresas? Núcleo Telessaúde UFSC, 2024.
 15. OLIVEIRA, Flora Rangel. *Características de trabalhadores com capacidade inadequada para o trabalho em uma microárea adscrita à estratégia de saúde da família*. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
 16. SILVA, Vanessa Salgado. *Saúde do trabalhador na atenção básica: condições de trabalho e demandas em saúde em oficinas automotivas do território*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
 17. SOUZA JÚNIOR, Otenberg Nogueira de. *Conhecimento, atitude e prática de médicos sobre comunicação de acidente de trabalho na atenção primária à saúde*. 2021. 92 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) – Fundação Oswaldo Cruz, Eusébio, 2021.
 18. SOUZA, Ritchelle Teixeira de. Doença Ocupacional: importância da segurança e medicina do trabalho. *Conexão Acadêmica*, v. 8, p. 46-48, jul. 2017.
 19. VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; PIGNATI, Wanderlei Antonio. Medicina do Trabalho: subciência ou subserviência? Uma abordagem epistemológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 4, p. 1105-1115, 2006.
 20. VELLO, Lais Soares. *Saúde do trabalhador na atenção primária à saúde: estudo de caso em um município na região metropolitana de São Paulo*. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.